

*A Vocação Histórica
de Portugal*

Portugal hoje – um país sonâmbulo

Portugal é hoje um país sonâmbulo. Quase um milhão de desempregados no momento em que este texto foi revisto, 2 milhões de pobres, outros tantos em risco de o ficarem se os apoios do Estado se esvaírem, 4 milhões de analfabetos funcionais, 85% de pequenas empresas instáveis com menos de 10 trabalhadores, uma escala etária em acelerado processo de inversão e uma taxa demográfica de regeneração a rasar o nulo, maior número de divórcios do que de casamentos, uma oligarquia político-económica constituída por 10 a 20 000 burocratas impiedosos (a maioria ligada ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata) que se apoderou ferreamente da totalidade das estruturas administrativas do Poder e cujo nível cultural sobre a história de Portugal e comoção sentimental face à pobreza são praticamente inexistentes, um sector imobiliário envelhecido de casas apertadíssimas de duas e três assoalhadas, uma política que se apoderou de todos os espaços públicos patrimoniais, exigindo subidos pagamentos para a sua frequência, esperas de 4 horas em serviços médicos de urgência e de meses e por vezes anos para uma simples operação às cataratas, 3 a 4 meses para uma operação de urgência a um cancro. Subúrbios miseráveis próprios do terceiro-mundo, um relativismo ético entre os cidadãos que imita a corrupção nos negócios do Estado e a total falta de ética presente na vida de figuras políticas popularmente conhecidas, cujo exemplo

(i)moral reside no oportunismo partidário, na ocupação desenfreada e terrorista de funções públicas sacando do Estado o máximo possível em honorários e regalias sob a complacência e o aproveitamento oportunista da restante classe política: uma autêntica mancha podre que infecta a totalidade da vida nacional e corrói a dignidade de qualquer cidadão eticamente nobre. Com tal elite imoral, que se assenhoreou dos postos governativos e dos lugares do Parlamento, meras cabeças de rebanho, totalmente desprovidas de cultura histórica, Portugal não tem outro destino que seguir as soluções formatadas que fizeram da França, da Itália e da Inglaterra países hoje historicamente decadentes, alvos da pena e do riso da comunidade internacional asiática e do Brasil.

E o português nada faz, reverencia santamente um presidente da república que se encontra no poder há 25 anos, responsável por erradas opções políticas desenvolvimentistas e de apoio ao consumo que tornaram Portugal um dos países socialmente mais desequilibrados da Europa... e Portugal nada faz para contrariar esta situação a não ser as clássicas e esgotadíssimas manifestações trimestrais da CGTP.

Um classe média instável e uma classe alta constituída por menos de 500 0000 portugueses fazem a economia portuguesa girar, trocam de carro de três em três anos, viajam em auto-estrada, enchem as lojas dos centros comerciais, fazem férias no estrangeiro, vivem no litoral, consomem (poucos) jornais, livros, revistas e espectáculos, inundam as lojas "gourmet" e não frequentam os hipermercados populares, abarrotados com os dois milhões de pequeno-burgueses que habitam os bairros suburbanos do Cacém, do Seixal e do Valongo, consumindo barato e de fraca qualidade. Meio milhão de portugueses (classe média alta e classe alta) constitui o rosto do nosso subdesenvolvimento, proporcionalmente semelhante ao Brasil (10 milhões de muito ricos para uma população de cerca de 200 milhões), Argentina (um milhão de ricos para cerca de 10 milhões de

habitantes) e da Índia (menos de 100 milhões de ricos para um bilião e 200 milhões de habitantes). Este, também, o resultado das políticas portuguesas dos últimos 30 anos, assentes mais na construção e no consumo e menos na formação e produção.

Contrária à nossa, que não ultrapassa os 15% (contando a totalidade da classe média), a classe média de um país atinge, na Europa, a proporção de 60% da população, permitindo, sob e sobre o descalabro e o decadentismo político, uma vida socialmente normal e um cidadão ilustrado e activo.

A progressiva e aceleradíssima informatização electrónica da sociedade por via de uma ideologia sem rosto nem personalidade, assente exclusivamente no controle e na segurança, a funda queda demográfica anunciada para meados deste século e a escassez de casamentos tradicionais provam a existência de uma profundíssima descristianização de Portugal, de efeitos absolutamente imprevisíveis na criação de uma sociedade futura desprovida de éticas espirituais assentes em valores humanistas, porventura obediente a um totalitarismo tecnocrático e informático, pelo qual os portugueses vindouros abdicarão da liberdade em nome da segurança e da abastança. Desde a década de 1990, o aparelho de Estado, privilegiando exclusivamente um sector da sociedade – a economia –, desprezando fundo os valores morais e espirituais próprios da cultura portuguesa, tem gerado na mente dos portugueses uma representação parcial de si próprios, que, incapaz de se elevar à unidade de uma ideologia estruturada e consolidada, se caracteriza pela passividade cívica, compensada por uma hipervalorização do individualismo, assente na fórmula amoral do "salve-se quem puder". Mistura de complexo pombalino com um arreigado individualismo americano, o projecto político português caracteriza-se hoje, nos começos do século XXI, pela exaltação unidimensional do homem técnico, o homem-eficiente, o homem-contabilista, o homem-robótico, desprovido de consciência histórica global, funcionando exclusivamente segundo o duplo

horizonte de raciocínios técnicos quantitativos e consequentes objectivos. Não são políticos os nossos governantes de hoje, mas economistas (os falsos profetas do século XXI), técnicos, robots substituíveis uns pelos outros, possuindo o mesmo vocabulário, aplicando invariavelmente o argumentário da eficiência de custos e proveitos, totalmente desacompanhados de uma dimensão cultural e espiritual para a sociedade.

Com efeito, o rasto ideológico que o pensamento português tem deixado no campo das categorias culturais e das estruturas sociais tem sido contaminado pelos pecados da violência, do exclusivismo e do unicitarismo, numa palavra, do absolutismo. Cada corrente, cada tese, cada autor, porventura por efeito de cristalização estrutural de uma mentalidade religiosa dominante em Portugal até aos finais do século XVIII, postulam-se como encontro soberano entre Verdade e Absoluto, deduzindo do seu estatuto magnificante a exclusão de correntes, teses e autores contrários. Desde a segunda metade do século XVI, porventura desde a substituição dos mestres bordaleses pelos sacerdotes jesuítas no Colégio das Artes, em Coimbra, quebrando o tímido afã humanista de D. João III, a cultura portuguesa tem vivido em estado de permanente *canibalismo cultural*. Com raras excepções, temos sido senhores de um só pensamento e de um só objectivo. O pensamento português, por muitos nomes que tenha tido consoante os séculos, as influências e os modos, tem-se identificado com a forma estrutural de um pensamento do Absoluto, cheio, sólido, convergente, feito de uma só peça, de base e cume exclusivistas, desconhecendo, senão como efeitos retóricos, a angústia do inacabado, da incompletude, a existencialidade visceral e irracional do concreto, o rosto do outro como limite do próprio. Com efeito, do rosto do outro temos apenas querido saber do que nele se encontra de espelho iluminante do nosso. Canibalismo cultural significa, pois, esta sentida necessidade de apostrofar a forma diferente, o pensamento alheio, as teses diver-

gentes, as teorias destoantes, condenando-as à negridão do desrazoado, do desjuizado, do caótico, não raro expressão do mal, figura humana do demónio ou do irracional (proibição de livros do *Index*, da Real Mesa Censória e da Comissão de Censura do Estado Novo, devassa do Tribunal da Inquisição, auto-de-fé, combate contra os hereges, expulsão pombalina dos jesuítas, expulsão das ordens religiosas no liberalismo, expropriação de templos e espaços sagrados, perseguição carbonária, jacobina e republicana contra os jesuítas e a Igreja, conluio entre a Igreja e o Estado Novo na perseguição e prisão de republicanos, socialistas, “evangelistas” e comunistas). Com o pensamento assim purgado, o objectivo só pode ser um: a purificação de Portugal e a reconversão do outro, quando não a sua anulação.

Assim, se quiséssemos definir o tempo moderno e contemporâneo do pensamento português entre 1580 – data da perda da independência – e 1980 – data do acordo de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia –, passando simbolicamente pelo ano de 1890 – data do *Ultimatum* britânico a Portugal –, atravessando 400 anos de história pátria, defini-lo-íamos como o tempo do *canibalismo*, o tempo da *culturofagia*, o tempo em que os portugueses se foram pesadamente devorando uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a(s) anterior(es), estatuídas estas como inimigas de vida e de morte, alvos a abater, e as suas obras como negras peçonhas a fazer desaparecer. Romanos ou erasmitas, papistas ou hereges, dominicanos ou cristãos-novos, jesuítas ou “pombalinos”, castiços ou estrangeirados, eclesiásticos ou maçónicos, tradicionalistas ou modernistas, espiritualistas ou racionalistas, cada corrente só se entendia como sólida e independente quando via o seu reflexo “puro” nos olhos aterrorizados e impuros do adversário, quando o despossava de bens, lhe subtraía o recurso para a sobrevivência e, em último instância, quando o exilava, prendia ou matava, por

vezes mesmo “matando-o” depois de este estar morto, como acontecia com a queima das ossadas em auto-de-fé (a exemplo dos restos mortais de Garcia da Horta, em Goa).

Bom governo seria hoje aquele que, por múltiplos meios, apostasse em fazer de cada português, não um robot técnico de fato cinzento, camisa azul e gravata verde ou amarela (actual fato-macaco do cidadão técnico, que é sempre um cidadão inconscientemente instrumento de cruéis estruturas económicas), mas um homem culto, consciente do seu lugar na sociedade e na história. Portugal precisa menos de um choque tecnológico (experimentado pelo pombalismo, pelo fontismo e pelo cavaquismo, cujas consequências em nada mudaram o nosso ser, limitando-se a uma mera actualização de instrumentos técnicos ao serviço da sociedade civil e do aparelho de Estado) e mais de um choque cultural, elevando cada cidadão a um exigente patamar de conhecimento humanista e cívico que, por arrasto, geraria inevitavelmente o desejado choque tecnológico. Primeiro, a cultura, o espírito, o sentido da transcendência; depois, por inevitável arrasto de exigência cívica, o progresso tecnológico. A brutal inversão destes valores pelos actuais governantes evidencia tanto a sua pobreza de espírito quanto o projecto pombalino desumanamente tecnocrático em que se encontram empenhados. Diferentemente, as medidas tecnicistas, sem sentido moralmente transcendente, resumem-se a acentuar a vertente individualista e instrumental da educação e da sociedade, gerando cidadãos unidimensionais, submetidos exclusivamente à onnipotência do dinheiro e ao prestígio narcisista do poder, acentuando fortemente, desde a idade pré-escolar, os valores ligados à tecnocracia: a inveja, a cobiça, a ambição egotista, a manha, a dissensão.

É um novo Portugal que está nascendo, sem sublimidade, sem espiritualidade, sem projecto superior às suas forças e à sua dimensão, o Portugal dos burocratas, dos técnicos, o Portugal dos engenheiros e dos economistas, o Portugal dos pequeninos, fun-

dado no racionalismo tecnocrático, assente na onnipotência do mercado e do dinheiro, activando ideias exclusivamente utilitárias (com estes homens, no século XV, nem a Madeira teríamos descoberto, nem Ceuta teríamos conquistado – os custos eram então, de longe, superiores aos benefícios imediatos, desconhecendo-se totalmente os benefícios futuros, a existirem), divulgando propostas soberanamente individualistas, um Portugal que – desossado de dignidade institucional, cata-vento que segue impulsos americanos (aprovação entusiasmada da Guerra do Iraque) ou chineses (recusa de recepção institucional ao Dalai Lama) – se submete a ventos internacionais dominantes, seguindo modas estrangeiras, incapaz de criar a sua própria personalidade. Um governo que se recuse dar privilégio institucional a um prémio Nobel da Paz como o Dalai Lama é um governo sem espírito, sem dignidade, que submete as suas decisões à pressão e ao arranjsismo da conjuntura e não a valores permanentes e universais. Submete-se a modas (quadros interactivos na sala de aula), à onnipotência do dinheiro (encerramento de maternidades, recusa de ceder um remédio a um doente canceroso devido ao seu custo), à circunstancialidade do momento (exemplo da não recepção institucional de sua santidade o Dalai Lama): é um governo que separa a alma do corpo e entrega-se hedonística e disciplinadamente, com fervor neófito, ao engrandecimento do corpo. Breve, o corpo esbelto do governo, educado em ginásios de classe média amorfa, bebedora de revistas de moda, se transfigurará em corpo robótico, informatizado, suprema sentinela do Estado na vigilância ao cidadão descarreirado. Sem valores a defender, tanto fará que seja um ministro com ou sem barba a falar na televisão – será apenas uma máquina-humana a debitar um texto programado internacionalmente pelos interesses económicos maioritários do planeta. Tudo o que nele fazia valer a dignidade humana, desapareceu.

Desde os princípios deste século, tem-se procedido igualmente a uma brutal alteração na natureza do Estado. Se este,

desde o 25 de Abril de 1974, representava e exprimia os interesses gerais da população, concretizados num conjunto de direitos significantes do Bem Comum, com os recentes governos, o Estado, alimentado por centenas de técnicos não eleitos, nomeados por gabinetes ministeriais, vive para si próprio, subordinando o interesse geral do cidadão ao interesse geral do orçamento do Estado. O Estado subsiste por si próprio, mutilando o cidadão.

Mutatis mutandis, regressou-se formalmente ao tempo de Pombal e de Salazar, políticos para os quais governar era menos atender aos desejos e necessidades da população e mais aos interesses do Erário Régio ou do Orçamento de Estado. Em momentos de intensa e complexa ruptura social, a actividade política atrai para si os melhores de nós (Mário Soares, Sá Carneiro, Freiras do Amaral, Amaro da Costa, Pinto Balsemão, Álvaro Cunhal, António de Spínola, Ramalho Eanes, e todos aqueles que sacrificaram a sua vida pessoal, a sua profissão e, não raro, a sua fortuna às necessidades da luta política, fundando o regime democrático em Portugal). Em momentos de normalidade, a actividade política atrai apenas os piores de nós (como no período do Rotativismo), habitualmente consciências sociais mediócras que visam com o exercício político, não o Bem Comum, mas a exposição pública, a influência nos negócios, o narcisismo do retrato na via pública, mesmo que, por coacção política, sejam forçados a praticar o mal social. O mal social consiste em diminuir o arco de amplitude da liberdade, em retirar direitos normais adquiridos expressos na lei e em subordinar a actividade civil aos interesses de uma ideia de Estado.

Em Portugal, hoje, o Estado, prosseguindo a sua antiga vocação histórica, voltou-se de novo contra o cidadão, rico ou pobre: o rico sugado maximamente pela máquina fiscal; o pobre, sacrificado numa vida que desespera de melhorar; todos, trabalhando para alimentar a gigantesca máquina burocrática do

Estado que tanto mais consome quanto menos favorece o cidadão.

Mais do que viver do passado religioso e marinho, como o Estado Novo o fez ao longo de 48 anos, Portugal alimenta-se do futuro desde o 25 de Abril de 1974; primeiro do futuro socialista, terra sem mal e exemplo paradigmático para a Europa em 1975, e, depois, desde 1980, ano do acordo de pré-adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, da ambição de sermos exclusivamente Europa, tão normais quanto qualquer outro cidadão europeu – isto é, “técnicos” assépticos, inodoros, incolores e, de preferência, sem opinião que não a do chefe.

Porém, como Eduardo Lourenço teorizou desde a década de 1980, tornámo-nos europeus no exacto momento em que este continente se abandonou a um plano inclinado decadentista, expressor de uma mortalidade anunciada a prazo, para o qual o federalismo mais sabe a uma necessidade de garantia de sobrevivência de povos fracos comandados por chefes janotas e espertotes do que a uma refundação do antigo poder imperial. Em recente livro (*Portugal. Ensaio contra a Autoflagelação*, 2011), Boaventura de Sousa Santos explicita o quadro histórico e sociológico do desencontro entre Portugal e a Europa na passagem do século XX para o século XXI, evidenciando as contradições e disparidades históricas.

Recentemente, o Estado português, imitando a Europa durante escassos trinta anos, garantia saúde, educação, reforma e esforço de empregabilidade aos portugueses pobres. Sabem-se agora os portugueses conhecedores de uma outra Europa, a hidra decadentista que lhes corta maternidades e escolas e lhes suga a reforma. Esta é hoje a real ideia de Europa na mente dos portugueses, com excepção da elite de 10 a 20 000 dirigentes do Estado, que continuam a visionar a Europa como a terra do ouro e do mel, ambicionando fazer carreira numa das mordomias europeias.

O actual Estado português constitui-se como a expressão ideológica e económica desta nova Europa que os portugueses pobres desconheciam, na qual o Estado, mais do que garantia de direitos cívicos, exige do cidadão o estrito cumprimento de deveres técnicos – a sua democracia, mais do que formal, goza de um estatuto meramente aparente, confundindo-se o grau de liberdade do cidadão com o nível em que se instala na hierarquia financeira. Não existe democracia quando não existe uma “consciência e uma moral comuns”, isto é, valores comunitários de partilha e solidariedade como âmago da vivência social. Diferentemente, a nossa actual democracia é composta por jogos de interesses oligárquicos, de grupos, de baronatos, de pressões políticas e financeiras, orientados por técnicos arranjistas que costumam leis fragmentárias tendo em conta, não o Bem Comum, mas o resultado do conflito institucional entre o interesse financeiro do Estado e os interesses grupais emergentes. Os ministros da Finanças não são ministros, antes arranjistas de orçamentos servidores dos exclusivos interesses do Estado, parceiro menor, por sua vez, de interesses económicos internacionais.

Se, desde o 25 de Abril de 1974, o Estado esteve, melhor ou pior, ao serviço do cidadão, a partir de finais do século passado evidencia-se que, por necessidades financeiras do próprio, o processo foi invertido: o cidadão encontra-se agora ao serviço dos interesses do Estado.

No justo momento em que Portugal é de direito e de facto europeu, 250 anos após o esforço pombalino para se tornar económica e politicamente europeu, a Europa, o continente da liberdade, da democracia, da riqueza e do humanismo, como fora idealizada pelos grandes mestres pensadores a partir do Renascimento, chega igualmente ao seu fim enquanto território poderoso, transfigurando-se, face aos ingentes problemas ambientais do futuro, à escassez de recursos naturais e à acele-

rada diminuição demográfica, num continente periférico dominado por uma tecnocracia política, mais interessada em garantir o acesso a água potável e à rede mundial de distribuição de energia do que em votos cívicos a favor do clássico humanismo europeu.

Portugal apanhou o comboio europeu quando este não só desacelerava do seu antigo crescente poderio político e cultural como, inclusivamente, já burocraticamente travava a sua velocidade de inovação, de criatividade, de crescimento de riqueza e influência internacional, totalmente dependente do poderio americano, que imita como um macaco de circo, como o provou a Cimeira dos Açores.

O português, um povo que na sua longa história nunca conhecera direitos de monta, logo que os alcançou, a seguir ao 25 de Abril de 1974, simulando-se parceiro definitivo de uma genuína consciência social europeia, logo lhes foram furtados em nome do rigor de um orçamento de Estado que sempre tem sido madraço para as populações pobres, antes a maioria do país, hoje cerca de dois milhões de portugueses. Tem sido exemplar a resposta da população à tecnocracia militante que nos governa desde a década de 90: socorrendo-se de um fenómeno recorrente na nossa sociedade, cerca de 100 000 portugueses emigram por ano. Um milhão de portugueses emigrou em 10 anos. Espantoso! Hoje, nos começos do século XXI, cumpriu-se o desígnio pessoano, que visionava o Portugal actual como uma sociedade profundamente provinciana, isto é, complexada: “o nosso provincianismo consiste em estar, em viver, numa civilização, sem verdadeiramente fazer parte dela e do seu desenvolvimento”. Foi azar, apanhámos o comboio certo (a Europa) no tempo errado.

O Portugal que as gerações nascidas até à década de 1960 conheceram encontra-se em vias de desaparecimento, transfigurado em mais uma das inúmeras regiões da Europa, governado por técnicos medíocres que, lentamente, em nome da

segurança internacional, da carência de recursos naturais, ou de outra justificação, preparam uma futura ditadura tecnocrática. No futuro, porventura no virar deste para o próximo século, Portugal transformar-se-á em mais uma das inúmeras regiões singulares da Europa, culturalmente tão importante e exótica como a Alsácia ou a Andaluzia, guardando dentro de si, nos seus museus regionais ou nacionais, o retrato de uma velha cultura de 800 anos morta às mãos de um grupo de engenheiros e economistas sem espírito histórico, de uma tecnocracia sem rosto nem alma, para quem conta só, primeiro, a contabilidade das estatísticas, e, segundo, o sentido europeu das estatísticas.

A História, a Cultura, a Identidade, o Espírito, o sentido individual e colectivo da Transcendência, a educação para a partilha e a espiritualidade, são encarados, por esta mentalidade técnica, como meras cócegas da alma, jarrões da China sempre agradáveis de ostentar no hall de entrada da vivenda suburbana.

No dia em que o português for igual a qualquer europeu na educação, no trabalho, nas férias, nas conversas, nos divertimentos, o arcaico Portugal que ainda conhecemos, mais supersticioso (Fátima) e menos devoto, mais generoso e menos interesseiro, mais altruísta e menos egoísta, mais emotivo e menos racionalista, mais comunitário e menos calculista, mais saudoso e menos modernista, mais lírico e menos cientificista, este Portugal – dizíamos – terá findado, dando origem a um novo Portugal onde os Bancos e as Companhias de Seguros substituirão as Misericórdias – e o Estado, mais do que garantia da existência livre do cidadão, ter-se-á tornado no superior controlador da existência individual.

Se quiséssemos resumir o que tem sido o novo pensamento português desde a entrada de Portugal na Europa, podíamos sintetizá-lo neste dois títulos – pragmatismo e perspectivismo, ambos animados popularmente pela mentalidade retórica e dialéctica dos meios de comunicação.

Neste sentido, nada de original nasceu em Portugal nos últimos trinta anos que se evidenciasse como sendo o contributo nacional para a cultura europeia – na poesia somos europeus; no romance, somos europeus; na ciência, somos europeus; na técnica, somos europeus; na religião, somos europeus; na filosofia, pragmáticos e perspectivistas, somos europeus.

Trinta anos depois, os portugueses sentem essa impotência de não serem outra coisa que os seus amigos e vizinhos são, sentem um vazio ontológico, um cogito negro que pensa por eles, um fogo e um gelo que queima as entranhas de Portugal, limitando-o. Os políticos portugueses e muitos intelectuais, já plenamente europeus, desprezam este sentimento popular de impotência, tendo dele uma vaga intuição, que os força a recusar terminantemente uma consulta popular sobre o papel de Portugal nas instâncias comunitárias europeias.

A mentalidade europeia encontrou fracas resistências para se impor em Portugal nos últimos trinta anos, tal era o desejo popular de superar a pobreza e o analfabetismo a que Portugal parecia historicamente condenado. A Europa era vista, não como o armazém de secos e molhados, segundo Agostinho da Silva, mas como um hipermercado de luxo, riqueza, abundância, individualismo e ostentação.

Com uma guerra de 13 anos às costas, um Império anacrónico e uma política autoritária ao longo de cinquenta anos, sentíamos mal com o nosso próprio corpo. A Europa constituiu a materialização do sonho adolescente de Portugal. Virámos as costas ao Império e oferecemo-nos a uma jovem democracia, acreditando na riqueza material como panaceia da felicidade. Povo rural e comerciante, quisemo-nos, mais do que industrializados, informatizados; povo pré-moderno, quisemo-nos pós-modernos; povo comunitário, acolhemos sorridentes o individualismo, o narcisismo e o egoísmo como fins de vida; povo solidário, vimos instalar-se entre nós uma abissal diferença entre pobres e ricos; povo que era conhecido na Europa pelos

bigodes das concièrges parisienses, passámos a ser conhecidos pelo povo de um miúdo da Madeira de pés tão cheios de malabarismo quanto de mente vazia e de um treinador tão megalómano que a si próprio se intitula “Special One”.

Trinta anos demorámos a perceber que o sonho da Europa não passa disso mesmo, um sonho que estava em nós e não na Europa. Nós “víamos” a Europa que sonhámos para Portugal. A Europa da riqueza, a Terra sem Mal, a Terra do Rio de Amêndoas e Mel esfuma-se todos os dias na farsa bailada entre políticos janotas como Berlusconi, Sarkozy e Blair, que da organização do viver colectivo possuem apenas um senso económico.

Hoje, já percebemos que o sonho europeu foi um falso sonho:

- Em 25 de Abril de 1974, éramos o país menos industrializado da Europa, hoje continuamos a sê-lo;

- Éramos um dos países mais iletrados da Europa, hoje continuamos a sê-lo – menor índice de frequência de espectáculos, de consumo de jornais, de compra de livros...

- Em contrapartida, éramos dos países com maiores estádios da Europa, hoje continuamos a sê-lo;

- Éramos dos países mais pobres da Europa, hoje continuamos a sê-lo;

- Éramos dos países com maior nível diferencial de salários, hoje continuamos a sê-lo;

- Etc, etc.

Não há dúvida – a culpa não é da Europa, que nos forçou a sermos democratas e a aceitarmos a tolerância e os direitos humanos como vector ético e existencial de vida. Culpadas são, sem dúvida, as elites portuguesas, que nos últimos trinta anos promoveram uma autêntica razia dos valores tradicionais portugueses: a solidariedade substituída pelo individualismo; a cooperação substituída pela competição como valor econó-

mico absoluto; os valores da honestidade, da amizade, da lealdade, substituídos pela onnipotência do dinheiro; os valores espirituais substituídos pelos valores económicos; a pessoa humana igualada à peça de uma máquina.

O saldo europeu hoje, se bem medido, para além do valor da democracia e da tolerância, já interiorizados pelas novas gerações, mede-se menos em sabedoria, humanismo, conhecimento e felicidade, e mais em betão, alcatrão, cimento e desemprego – eis a herança cavaquista. Porém, mesmo a expansão acelerada do consumo, santo-e-senha da mentalidade europeia, se está esfumando aos primeiros sinais de uma crise económica internacional.

Ao mesmo tempo que, de um ponto de vista manifesto, a mentalidade europeia submergia todas as nossas iniciativas, íamos inconscientemente fazendo um penoso trabalho de luto – luto pela perda do Império; luto pela perda de um Portugal rural, lento, sereno, humilde, honesto na palavra, supersticioso, um Portugal dos valores absolutos, dos imperativos éticos, um Portugal aberto à totalidade do mundo, o Portugal solidário do interior das famílias, o Portugal da palavra dada aos amigos, do dar a camisa aos amigos, o Portugal permanente de Teixeira de Pascoaes e Agostinho da Silva.

Hoje, não nos procuramos já na Europa, temos consciência de que o sonho ingénuo europeu acabou. Percebemos que, sem desculpa, só nos podemos encontrar em nós próprios, retomando as nossas tradições, não sentindo vergonha por nada que no passado tivéssemos feito. Se é verdade que o sonho europeu se está esfumando, ele ainda não se apagou (nem se deve apagar), já que constitui o sentido político do Estado português. Porém, existe hoje, em Portugal, uma alternativa à Europa sem que desta nos tenhamos necessariamente de desvincular, uma alternativa de futuro aos actuais valores europeus (que, verdadeiramente, já são mais os valores americanos que europeus) sem o corte radical com a Europa – o

retorno à antiga comunidade de língua portuguesa: a lusofonia.

De facto, existe uma nova geração que, desejando um futuro diferente para Portugal, assume sem complexos neo-colonialistas a existência passada do Império, projectando-o no futuro da língua comum. O que tem esta nova geração para dar? Nada, a não ser a vontade e o entusiasmo de transformar o passado *comum* num futuro *comum* assente numa língua *comum* e num espírito *comum*. Que esta nova geração não tenha medo, não sinta medo, abrindo um novo horizonte a Portugal, o primeiro grande horizonte ético aberto a Portugal no século XXI.

Assim, teorizadas por Teixeira de Pascoaes, Francisco da Cunha Leão, Eduardo Lourenço, António José Saraiva, Agostinho da Silva, Guilherme d'Oliveira Martins e sintetizadas por Jorge Dias, as características classicamente atribuídas aos portugueses, corroboradas por autores estrangeiros de passagem pelo nosso país, como a lentidão, a generosidade sem limites, um espírito emotivo anti-racionalista, um povo voltado para o sonho e o passado, alimentando-se espiritualmente da saudade, imprevisível nas suas acções, desprovido de calculismo tácito, "desenrascado", capaz de fazer a ponte ("capatazia") entre grupos dirigentes e populações rudes, um português eternamente vocacionado para a emigração, desenvolvendo um rijo "complexo de ilhéu" (Vitorino Nemésio, António José Saraiva) – todas estas características, a que deveríamos acrescentar um lirismo espiritual congénito (João Gaspar Simões, Jacinto do Prado Coelho), encontram-se em vias de desaparecimento, esmagadas por uma apressada e selvagem integração pombalina e cavaquista na Europa, não sensata, filtrando desta o que gradualmente se podia aclimatar ao nosso ser, mas, intempestiva, comandada por uma nova geração de engenheiros e economistas totalmente desprovida de espírito histórico, fazendo desabar sobre a cabeça de cada português uma catadupa de costumes

exóticos descristianizados e desumanizados, revolucionando o papel do Estado no interior da sociedade, desguarnecendo de garantias de futura qualidade de vida os mais de dois milhões de portugueses pobres.

O Marquês de Pombal, há 250 anos, prosseguindo a política régia de D. João V, tudo concentrou no Estado – povo, país, colónias, nação viviam para o Estado, recebendo deste a derrama de uma felicidade sempre anunciada e nunca cumprida; as elites políticas portuguesas do século XXI, engenheiros e economistas ignorantes da história de Portugal, obedecendo reflexa e mecanicamente a modas internacionais, como se o Portugal de hoje fosse a Alemanha ou a Suécia de hoje, prolongam a política pombalina, acusando o povo – um povo com 800 anos de existência – de arcaico, incapaz, estúpido, "piegas", envergonhando-se da nação genuína que comandam, estatuindo-a como supremo instrumento de entrave ao desenvolvimento do país, esquecendo-se (por ignorância cultural, por modismo europeu, por mimetismo americano – enfim, por infantilidade histórica) do importantíssimo papel do Estado na salvaguarda do futuro das populações do interior e dos mais de dois milhões de carenciados. O endeusamento da mão invisível do mercado por engenheiros e economistas que dominam actualmente o Estado português – técnicos sem rosto – possui valor metafísico idêntico à antiga crença portuguesa na mão invisível e milagreira de Deus, crença que sustentou Portugal cerca de 250 anos, gerando a singular recepção colectiva das "aparições" de Fátima.

No termo desta experiência portuguesa (mimetizada a papel químico do estrangeiro, desprovida de originalidade – como sempre têm funcionado as elites portuguesas), Portugal, na sua posição relativa face aos países mais ricos da Europa, permanecerá como se encontra desde o reinado de D. João III: na base da tabela; entretanto, em nome da saúde do Estado, em nome de um orçamento metafísico e de uma canina imita-

ção do pior da Europa, terão sido eliminados os curtos direitos ganhos pelas populações desde o 25 de Abril de 1974 (ter escola na sua terra, ter maternidade na sua terra, ter assistência hospitalar na sua terra, ter suficiente dinheiro para ir ao dentista, ter reforma garantida). É um Portugal solto, desregrado, cheirando alarvemente a dinheiro, os ricos por o terem, os pobres por o desejarem, todos por nas “Índias” o espreitarem, isto é, na mirífica Europa. É o Portugal de D. João III (menos de 30 anos depois da morte de D. João III tínhamos sido condenados à inexistência por Castela), o Portugal do “Nada para que caminhamos” da Marquesa de Alorna, um Portugal merecedor de um Gil Vicente, que infelizmente não há. É a orgia báquica dos técnicos cinzentos e dos políticos janotas antes da grande derrocada, como aconteceu na segunda metade do século XVI e na passagem entre os séculos XVIII e XIX.

Portugal hoje é uma sociedade profundamente dividida: as famílias ricas, mais ricas ficam a cada dia que passa, e os pobres, mais pobres vão ficando, sem esperança social de futuro, sem possibilidade de aforrar uma poupança que os liberte da pobreza. As classes média, média-alta e alta vivem mergulhadas num elemento hedonístico – a fruição do prazer imediato e da especulação em terrenos, casas e depósitos bancários constitui o seu único objectivo de vida. Para tanto, contribuem os ginásios para a manutenção de um corpo belo, musculatoriamente proporcionado, auxiliados por cirurgias estéticas, férias no estrangeiro, nos trópicos no Verão e na neve no Inverno, duplo, triplo cartão de crédito, mudança de carro novo de três em três anos, abundantes canais de televisão de mero entretenimento, enriquecimento fácil através de artimanhas bancárias, cujo peso, em última análise, recai sobre o consumidor, prática de desportos finos... Do outro lado, as classes baixas, no seu todo mais de 70% da população, vivem em estado de pauperização estóica, de pobreza ou quase-pobreza (com a

perda de emprego, cai-se de imediato na pobreza). Para estas, carne de porco (a mais barata) e conservas enlatadas com abundância constituem a alimentação diária, suada por uma hora e meia para lá, outra para cá, de transportes entre os bairros suburbanos e o trabalho. Uma sociedade tão profundamente desequilibrada deveria conduzir a revoltas sociais aceras.

De um lado, hedonistas, com a classe política no posto de comando; do outro, estóicos à força, suportando esforços vãos e sacrifícios inúteis, já que nunca conduzirão a um relativo enriquecimento (“chapa ganha; chapa gasta”). Não parece haver lugar em Portugal para uma “ética da sensatização”, defendida na década de 70 pelo Padre Manuel Antunes, uma ética de proporções equilibradas, onde todos ganhassem proporcionalmente ao seu saber e ao seu mérito. Entre estes extremos sociais, pulula o *oportunismo* (a inscrição no Partido Socialista ou no Partido Social Democrata, não por convicção, mas para subir na vida), o *compadrio* (a cunha do pai ao amigo para empregar o filho), a *esperteza saloia* (a ocupação de cargos económicos pelos políticos; a abertura de concursos públicos à medida de um concorrente), o *chico-espertismo* (o servilismo perante o superior; os negócios por baixo da mesa).

Socialmente, em Portugal tudo se encontra desequilibrado, as classes baixas consomem os produtos de baixa qualidade das lojas dos chineses, reproduzindo para os filhos um gosto estético de duvidosa qualidade, os ricos (não os muito ricos) evidenciam-se culturalmente como autênticos burguesos.

Em nome do “mercado”, Portugal vive hoje, desde que Cavaco Silva chegou ao poder, o mais feroz dos individualismos da sua história, gerando, em contrapartida, um conformismo sonâmbulo em que cada um se culpa a si próprio por não ser “vencedor”, por não ter sido capaz de se arrancar da pobreza dos pais e do bairro. Todos pensam “cada um que se arranje”, todas as vias oportunistas, mesmo as ilegais, são legitimadas desde que não se seja “apanhado”, já que todos vão

ganhando consciência de que “ninguém enriquece a trabalhar”. Todos vão tendo um mínimo para sobreviver, um acontecimento catastrófico (como o desemprego) é amparado pela família, pela horta familiar, pelo cabrito ou o porco que o pai ou o avô guarda na aldeia. Jovens, negros e brancos, dos bairros suburbanos, lançados no mercado de trabalho aos 15 anos, logo constatarem que, auferindo o ordenado mínimo, precisarão de trabalhar 50 anos para juntar dinheiro suficiente para comprarem um carro e formam gangues, praticam o carjacking, assaltam estações de serviço, mini-mercados, lançam o terror em praias e comboios, reúnem-se em guetos (Bela Vista, Cova da Moura, Buraca, Mira Sintra, Rio de Mouro, Cova da Piedade...). Todas estas situações horrorizantes são devolvidas à população no telejornal diário, acendendo-lhe o medo, trancam-se portas, gradeiam-se janelas, acciona-se o alarme do carro. Uns resignam-se, vivem em estado de permanente medo (as mulheres sempre com duas mãos na mala de alças quando passeiam nas ruas), outros – os melhores de nós – emigram: 100 000 portugueses desistem de Portugal em cada ano, emigrando para a Europa, o Canadá, a Austrália, as ex-colónias. Os que cá ficam, caminham para a não-existência, o “nada” português de que falava a Marquesa de Alorna, uma existência sem outro sentido que trabalhar para comer e comer para trabalhar, o futebolzito ao domingo para acordar os nervos e sentir-se vivo, sonâmbulo mas vivo.

A entrada na Comunidade Europeia acelerou a formação da classe média, que se pretendia vasta na década de 80 e, ano a ano, tem vindo a decrescer quantitativamente, assentando hoje, de um modo muito instável, em cerca dos 15%, dos quais 5% se encontra sobreendividada e outros 5% com emprego instável, possuindo segundo emprego (um “biscate”), com o qual paga as despesas da frequência universitária do filho. Metade da actual classe média não suportaria dois filhos simultaneamente a frequentarem a universidade, sobretudo se

um estudar fora da cidade de residência, vendo-se obrigada a vender património (um terreno herdado dos avós).

Nos livros de economia, escritos por filhos da classe média universitária, desponta o orgulho estatístico do que Portugal fez nos últimos trinta anos – taxas de escolaridade, taxas de diminuição de mortalidade infantil, taxa média de esperança de vida... Porém, falhos de memória, os mesmos economistas esquecem, por um lado, que os feitos de Portugal nos últimos 30 anos não se devem exclusivamente a Portugal, talvez mesmo não se devam em absoluto a Portugal, mas às leis, ideias, empresas, fundos e instituições europeias, que a tal nos forçaram. Abandonados aos nossos governantes, aos nossos empresários, aos nossos recursos e à nossa competência, as estatísticas continuariam a apontar para um país do terceiro-mundo, reforçando a disparidade social de 500 000 ricos para 10 milhões de pobres. Neste sentido, se Portugal deve agradecer as bênçãos recebidas no pós-25 de Abril de 1974, deve agradecê-lo à contribuição europeia e aos políticos fundadores da democracia, presentes na Assembleia Constituinte de 1975, e nunca à patética e ignorante classe política que nos governa desde a década de 80, que trocou voluntariamente a aposta na competência técnica e cultural de cada português por mãos cheias de milhões de escudos e euros doados ao cimento, ao betão e à construção. Por outro lado, a nossa situação ante-25 de Abril era socialmente tão intolerável e insustentável em termos europeus, que qualquer melhoria introduzida, por minúscula que fosse, figurava-se logo como um salto gigantesco. Para um país imóvel meio século, um pequeníssimo movimento sugere uma velocidade aceleradíssima.

Face ao esgotamento da I República e à mediocridade dos chefes dos principais partidos políticos, Basílio Teles, António Sérgio e outros republicanos defenderam a existência de uma ditadura provisória no sentido de repor a esperança popular numa remuneração decente, o direito a alugar uma casa, a

comida na mesa e escola para os seus filhos (o analfabetismo atingia 75% da população).

Não é este hoje um caminho a trilhar. A democracia e a liberdade constituem-se como fundamentos indiscutíveis e inapeláveis da cidadania, impossíveis de substituição por arremedos cívicos controlados pelo Estado. A liberdade identifica-se com a raiz vital da inovação social e a democracia com o espaço público de cruzamento de todas as actividades e participações do cidadão. São princípios e fundamentos não negociáveis. Porém, face à degradação permanente da sua situação e à impossibilidade de um princípio de visão de esperança no futuro, um povo sonâmbulo, estado de existência em que o actual povo português vive, pode aceitar passivamente trocar a liberdade pela segurança e pelo bem-estar.

Não temos dúvidas sobre a vocação¹ histórica actual de Portugal. Com efeito, integrado na Europa desde 1980, a vocação de Portugal identifica-se com a vocação da Europa, e esta encontra-se traçada, desde a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial inglesa do século XIX, por um aceleradíssimo e bem visível processo de descristianização dos costumes e da ética: a gradual permissividade com a filosofia da eutanásia, apresentando-a como uma realidade necessária face a novas doenças incuráveis, ao desfalecimento e à corrupção do corpo motivados pela crescente aumento da taxa de esperança de vida; a extinção de feriados religiosos em nome da competitividade económica; abertura do grande comércio ao domingo; sacralização das leis do mercado económico, não como parte integrante da vida da comunidade, mas como reitoras desta; rebaixamento dos valores da cidadania, substituindo a pessoa ética pelo indivíduo mercantilizado; substituição de Cristo,

¹ "Vocação" significa, aqui, fortíssima inclinação condicionada pela conjuntura histórica maioritária. Recusamos usar o termo "destino histórico", usado por Jorge Borges de Macedo, por não aceitarmos qualquer tipo de determinismo histórico.

Filho de Deus, por Cristo ícone de santidade e exemplo de homem bom, amontoando a sua imagem e a sua adoração no friso indistinto de inúmeros homens bons, de Ghandi e John Lennon a santa Teresa de Calcutá e Martin Luther King; corte dos vínculos entre a comunidade e o indivíduo: os interesses individuais (políticos, empresários) ou grupais (partidos políticos, grandes empresas) sobrepõem-se e dominam o bem comum comunitário, levando a que as instituições intermediárias – família, escola, trabalho, Igreja, Estado – não funcionem como mediadoras culturais, sociais e morais; o privilégio atribuído ao sentimento oceânico das massas (comícios, manifestações, futebol, espectáculos televisivos, grandes concertos juvenis); o abuso demagógico da democracia, amortecendo, quase inutilizando, o poder da crítica e do livre pensamento, uma visão do mundo fundada na opinião vulgar, popularucha, sem bases racionais fundamentadas (a não ser a propaganda pelo Estado ou pela televisão) cujo desfecho, a prazo de 200 a 300 anos, caso nada seja feito, conduzirá a Igreja cristã ao papel de uma seita clássica exótica, minoritária, substituída por novas formas sociais e individuais de exploração da espiritualidade humana, algumas das quais de carácter electrónico e bio-farmacopeico. Após o colossal falhanço histórico do marxismo, antevê-se para a Europa decadente a emergência de um super-Cristo num prazo não muito dilatado, um Cristo com parábolas informáticas e soluções biogenéticas, apontando para uma transcendência menos expiativa e sacrificial e mais hedonista, espiritualizando as energias libidinais humanas.

De mãe da cultura ocidental, seja pela enformação dos valores da Bíblia Velha no tecido social, seja pela afirmação política, social e espiritual do Novo Testamento, resgatando para o seu seio, como vimos no primeiro capítulo, traços marcantes da cultura greco-latina, o cristianismo tem vindo lentamente a ser assassinado, ao longo dos séculos XIX e XX, não pelo antigo jacobinismo carbonário e maçónico, mas tanto

pela indiferença geral dos cidadãos quanto pelo reaparecimento dos elementos sociais e culturais que ao longo da sua existência foi negando e recalçando – o espírito do paganismo, o espírito da democracia grega e o espírito da república romana. Paganismo, democracia e república – os três elementos culturais da gênese da civilização ocidental assassinados impiedosamente pela igreja cristã – que, como espectros do passado histórico, reintroduzidos *mutatis mutandis* na sociedade europeia contemporânea, têm vindo, por sua vez, a assassinar em lume brando o cristianismo.

Não conhecemos melhor expressão cultural para subsumir este fenómeno histórico que o termo *vingança do recalçado*, da autoria de Eduardo Lourenço. De facto, o racionalismo cristão ocidental esmagou todas as tendências culturais marginais, apelidando-as de bruxaria e heresia, magia, fundadas na superstição popular, a merecer garrote e fogueira. Ou seja, desde os primeiros concílios romanos que toda a cultura ocidental (Igreja, Estado e intelectualidade racionalista) se moveu num esforço de aniquilamento do que a Igreja considerava ser o conjunto de credences populares, de mitologias idólatras, de superstições gentias e pagãs e de barbarismos heréticos (mitos étnicos escandinavos, folclore irlandês e celta, esoterismo alquímico, cabalismo judaico, gnose alexandrina, hermetismo egípcio e asiático, astrologia suméria, paganismo africano e ameríndio, ...), considerando o conjunto destes saberes como pertinente a uma fase infantil, pré-lógica e deveras ultrapassada da humanidade contemporânea onde brilharia, esplêndida, a luz branca da razão clara.

Desde o século XIX que se recupera para o campo dos costumes esta vasta produção cultural, considerada marginal às instituições eclesiásticas, políticas e universitárias europeias: a magia, o esoterismo, o hermetismo, o templarismo, a feitiçaria, o milenarismo, o paganismo, o misticismo individual, o espiritismo, acrescentando-lhe, ou melhor, envolvendo-a em três elementos contemporâneos singulares:

a) a panóplia de mitos tecno-urbanos dos finais do século XX (droga, rock, esquizofrenia social, hippismo e hup-pismo), integrando-os num esquema espiritual escatológico “New Wave”;

b) a redução de toda a tradição axiológica da civilização ocidental (celta, hebraica, egípcia, cristã, gnóstica, filosofia grega, asiatismos interpretados à europeia) a um sincretismo espiritualista de tom individualmente messiânico e de carácter esotérico ou ocultista (alquimia, feitiçaria, demonologia, vampirismo, angeologia, hagiografia) que, parece-nos, só um brasileiro, cruzamento das culturas europeia e americana do norte, mas destas exterior, seria capaz de fazer;

c) de um modo liberal, seguindo a mentalidade da década de 90 do passado século e da primeira do nosso século, concentração da espiritualidade e do sincretismo numa visão eminentemente individual e optimista de vida (“dar a volta por cima”, como dizem os brasileiros), uma mensagem extra-cultural dirigida, não a eleitos, mas “à gente comum”, despindo o ocultismo do secretismo e sectarismo que sempre lhe tinham sido inerentes e fazendo cada um sentir-se responsável pelo seu próprio destino individual.

Morte e ressurreição de Portugal

Face à avalanche de costumes europeus e ao domínio destes sob a *forma mentis* actual de Portugal, espelhando em perfeição a mentalidade actual da Europa (individualismo, relativismo ético, hedonismo moral), só a língua e a cultura tradicional portuguesas, como verdadeiras plataformas nacionais, nos separam em absoluto da Europa. No futuro, porém, o cosmopolitismo urbano europeu, espelhado na predominância da língua inglesa, vencerá sem dificuldade o nacionalismo das línguas, como no passado o latim venceu as línguas e os dialectos nativos, como o inglês vence hoje sem dificuldade as línguas autóctones da Índia, unificando o país sob e sobre a diversidade de crenças religiosas e a multiplicidade de culturas, como o português, enquanto língua de Estado, antiga língua do colonizador, unifica hoje os novos países lusófonos.

A pretensão de cada língua nacional se elevar a língua oficial das instituições políticas e económicas europeias, gerando uma sobrecarga burocrática e financeira, constitui um expresso provincianismo, manifestação das categorias de uma mentalidade nacionalista. Esperamos – num futuro ainda longínquo – o aparecimento de uma nova geração de políticos europeus liberta do legado nacionalista romântico europeu, tão respeitadora da tradição quanto intérprete das novas necessidades continentais, que finde definitivamente com os nacionalismos castiços e conservadores, reduzindo-os a novos regionalismos: o que fora nação, converter-se-á em região, dotada de gover-

nos e parlamentos regionais, animada por uma cultura regional, uma língua regional, ensinada nas escolas como testemunho da memória histórica dos anteriores mil anos da Europa. Como nos países africanos e asiáticos que usam a antiga língua do colonizador europeu, a unificação do sistema económico e do sistema político continental exige uma língua única, bem como a criação de uma nova cultura, verdadeiramente europeia, assente nas novas realidades científicas da biotecnologia, das ciências electrónicas e informáticas, na nova postura ética sobre o ambiente e na integral defesa dos Direitos Humanos ao nível planetário. Uma nova cultura europeia que reintegre os valores criados pela história conflituosa da Europa ao longo dos 3 000 anos anteriores, sobretudo os valores presentes no permanente (embora circunstancial a cada momento da sua história) humanismo europeu (humanismo grego, humanismo romano, humanismo medieval, humanismo renascentista, humanismo protestante, humanismo científico, industrial e tecnocrático e humanismo liberal).

Para esta novíssima cultura, cujo anúncio mais se adivinha que se entrevê, Portugal contribuirá, não com uma face científica ou tecnológica, antes com o permanente suplemento de transcendência, de espiritualidade e de lirismo que têm animado a sua cultura, evidenciando tanto a ética estoica do seu povo quanto um novo grito lírico e um pensamento problemático, evidenciado pelas obras de Fernando Pessoa, Fernando Gil, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço e Viriato Soromenho-Marques.

O Portugal morto, nacionalista e imperial, identificar-se-á com Luís de Camões e o epicismo glorioso d'*Os Lusíadas* como o Portugal ressurrecto brilhará com nova luz a partir da obra de Fernando Pessoa, o verdadeiro "supra-Camões" por si anunciado, e a tematização filosófica, cultural, social e ambiental a partir das obras, de cunho universal, dos pensadores acima referidos.

Continente sempre incompleto, sempre espiritual e socialmente inacabado, como o designa Borges de Macedo, a Europa só pode ressuscitar incorporando:

1. uma nova ética, fundada nos resultados da ciência;
2. uma nova moral, fundada na transcendência do valor do homem e da humanidade, substituta da moral cristã, fundada na sacralização da transcendência religiosa;
3. uma nova axiologia, fundada no respeito pela Natureza e por todos os animais sensientes.

Assim, o futuro europeu unificado apontar-nos-á uma nova visão global do mundo e uma nova crença socialmente popular assente em três realidades sacralizadas:

1. o valor das novas ciências pós-descoberta do átomo e do neurónio (biologia, neurologia, genética, química, robótica, ciências informáticas...), cujos resultados criarão uma nova visão do homem, relativista mas austera, sábia mas espartana, lúcida mas estoica, salvando o homem das suas actuais tentações diabólicas (o consumismo, o desrespeito pelos equilíbrios da Natureza, a manipulação de multidões através de informação tendenciosa, a diferenciação social, a fome, a miséria económica, o fanatismo religioso, a imbecilidade das massas);

2. o valor do Homem e da Humanidade como valores universais, evidentes por si, transcendentais, inconsúteis e inamovíveis, que nenhuma propaganda política poderá desrespeitar, gerando a sacralização dos Direitos Humanos, substituindo o antigo "Decálogo" cristão, apresentados como os "Dez Mandamentos" da nova fase da humanidade, e a Europa o continente-modelo da nova ética;

3. o valor da Natureza como nova Transcendência, a aceitação axiológica da sua superioridade e excelência, não no sentido de uma reverência litúrgica, uma idolatria orientalizante com base na adoração das suas forças e mistérios, mas

no sentido de um respeito sublime – da ordem do sagrado – pelos seus ciclos e resultados.

Em menos de duzentos anos, *as nações*, obstáculos conservadores a esta nova mentalidade continental, a esta nova ética, a esta nova axiologia e à própria criação de ciência, excessivamente cara para ser suportada por uma só instituição ou país, *morrerão*, metamorfoseando-se em zonas, regiões, províncias, territórios de um continente único. A necessidade de sobrevivência económica europeia face aos Países Emergentes (China, Índia, Brasil), a vontade de ultrapassar o actual ciclo de decadência, a pavorosa diminuição da natalidade, a necessidade de acolher quantidades superiores de imigrantes, a força moral de novos dirigentes (os actuais, tão medíocres, nem constarão de uma nota de rodapé dos manuais de história) forçarão a *Europa a superar-se ou a morrer*, a auto-rupturalizar-se ou a resignar-se a uma decadência de milhares de anos, como Hegel dizia da China que dormia há 3 000 anos. Para ser completa, a Europa necessitará da Rússia, o verdadeiro obstáculo à sua completa unificação e à unificação integral das suas instituições continentais.

Para Portugal, país historicamente esgotadíssimo, que nada de bom abona a seu povo, castigando-o com sofrimento e trabalho sem uma remuneração decente, a sua morte como nação só pode ser motivo de alegria, já que, por via da língua e cultura, “morrendo” dissolvido na Europa, a sua vocação cultural universal ressuscitará nos países lusófonos. Não há que chorar e lamentar. Portugal é um país esgotado, nada de novo cria no mundo, nenhuma singularidade o demarca desde há trezentos anos a não ser um rol de elementos negativos, caracterizando-se pela mediocridade a que o seu povo é forçado a viver desde o século XVII.

Povos da Europa – tudo neles é semelhante: rituais de nascimento, casamento e morte (os três momentos antropológicos constitutivos de uma mesma civilização), a que acrescem

os sistemas de educação e saúde, os sistemas de comunicação, os trajes e os desportos, os sistemas de abastecimento e consumo, o sistema militar e os sistemas energéticos. Apenas o império da língua nacional – como rochedo político, velho Adamastor emergido das profundezas da história – os separa.

Em breve, o bilinguismo será comum à totalidade da Europa, não afectando nem violentando o espírito comunitário de uma nação, a consciência da sua identidade cultural e o respeito pelo património herdado. Diferentemente, ajudará a solidificá-los sem os encerrar numa cristalização identitária conservadora, presumida fixa, imutável e eterna, abrindo-os a novas e complexas figurações culturais, cosmopolitas, ecléticas e pragmáticas, que as relativizam de elementos futurísticos.

Borges de Macedo escreveu que não existem nações circunstanciais (*Portugal. Um Destino Histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, p. 18). Pelo contrário, tudo o que é humano e histórico nasce de arranjos circunstanciais que a força do tempo e o hábito social transformaram em necessário. O que com sucesso a conjuntura social criou como novo por justaposição e cruzamento de constrangimentos humanos, a história solidifica e cristaliza como necessidade. Neste sentido, se Portugal existe há 800 anos como país independente, nenhum determinismo providencial ou histórico forçou que assim tivesse sido por absoluta necessidade, apenas a vontade férrea das elites guerreiras de então face a Castela impuseram uma independência, que, a ter-se gorado, nos teria tornado espanhóis desde há 800 anos. O mapa geográfico da Europa constitui a prova mais provada de que as nações (comunidades convergentes que, por força de necessidades conjuntas de carácter militar, económico, cultural, social, atravessam agregadas o tempo histórico) não são eternas nem se criam a partir de decretos divinos. As nações criam-se a partir de necessidades comuns e de vontades comuns de afirmação e expansão

das suas elites, justificadas em crenças religiosas e ideológicas e limitadas pela acção e reacção de elites de comunidades vizinhas e, até, consanguíneas.

Assim, animando e orientando cada nação, encontra-se a poderosa vontade da sua elite. Se esta vontade não existe, a nação fica entregue a elementos avulsos oportunistas, que a substituem por interesses de afirmação própria, como se constata pela galeria de políticos medíocres que têm governado Portugal nos últimos trinta anos. A vontade de Portugal esgotou-se porque a vontade das suas elites é *ser menos Portugal e mais Europa*, a sua vontade (a sua afirmação económica, científica, estética, cultural), como a vontade da maioria das elites nacionais europeias, é hoje ser mais Europa, isto é, comprometer-se na construção de uma Europa unida. E, de facto, historicamente, a Europa já se encontra unida na arte, na economia, nos sistemas desportivos, na comunicação, na ciência, na universidade..., falta apenas destruir o conservadorismo nacionalista dos actuais dirigentes políticos.

Difícilmente podemos imaginar hoje a força política de uma Europa única e unida, sob um governo único, um parlamento e um senado representativos, um exército único de defesa e promoção da paz, advogando pelo mundo (como no tempo da I e II Expansão Ultramarinas) a bandeira dos Direitos Humanos, do Ambiente e de uma ética social equilibrada não-consumista nem hedonista.

Porventura, apenas um choque económico (carência inesperada de recursos alimentares, energéticos, uma catástrofe ambiental, uma crise financeira...) provocará a urgente necessidade de uma verdadeira unificação europeia. A este primeiro choque seguir-se-á um choque cultural, que, mais do que uma união, provocará uma verdadeira unificação de comportamentos e mentalidades, criando a nova mitologia identitária europeia.

Porém, o aspecto gravíssimo do futuro da Europa residirá na sua condução política. A democracia tornou-se uma segunda

pele para a Europa. A classe média que hoje conduz os destinos europeus, assente num estatuto social de conforto e qualidade de vida, não oferece suficiente segurança cultural para defender a democracia. Os regimes políticos são arranjos conjunturais de formas de representação e administração adequados aos tempos históricos. A sociedades demograficamente escassas correspondem sociedades fortemente hierárquicas (monarquias absolutistas); a sociedades de massas, propiciadas pela Revolução Industrial, correspondem regimes de representação proporcional (democracias, republicanas ou monárquicas) e a futuras sociedades demograficamente desequilibradas, com a pirâmide etária invertida ou excesso de população face aos recursos disponíveis, corresponderão sociedades tecnocráticas, de profundo vínculo administrativo impositivo (as obrigações estipuladas pormenorizadamente na lei). É justamente este o grande desafio da Europa futura: encontrar um equilíbrio entre o comando político democrático e a administração tecnocrática, continuando a privilegiar a vontade maioritária do cidadão.

A Europa é o lugar natural de Portugal e Portugal deve esgotar ao limite a sua europeidade, acompanhando a evolução decadentista deste continente até ao próximo e decisivo passo da reinvenção da Europa sem as nações.

Porém, *se a Europa é o lugar natural de Portugal, o seu lugar histórico é, hoje, a lusofonia*. Isto é, os países lusófonos ou as ex-colónias constituíram no passado como constituirão no futuro o lugar histórico de Portugal. No passado, porque nasceram do cruzamento violento entre o corpo e o sangue de Portugal e o corpo e o sangue dos habitantes desses territórios, transformados pela história em países, conquistando uma unidade territorial e uma unidade linguística inexistentes sem a expansão portuguesa. Por via da acção de Portugal, em nome da razão europeia e, sem dúvida, de um modo violentíssimo, cruel, arbitrário (escravatura, exploração dos recursos naturais, humilhação cultural), aqueles povos transitaram acelera-

damente da pré-história para a modernidade portuguesa (não a modernidade europeia). Pai tirânico e cruel, sem dúvida, mas em todo o caso pai histórico, gerador de novos países, novos Estados e, através da língua comum, novas culturas, Portugal não possuiria singularidade no concerto político internacional caso a sua acção histórica não tivesse sido excepcionalmente marcante, sobrepondo-se ao seu lugar geográfico e natural.

Neste sentido, não se trata apenas de uma questão de paternidade histórica, trata-se, igualmente, de uma questão substancialmente relacionada com a própria identidade nacional de Portugal. Sem as ex-colónias, sem o tempo passado vinculado aos Descobrimentos, Portugal não possuiria a sua identidade histórica, nada seríamos senão uma Galiza maior, ponto de emigração para a América Latina e Europa.

Os Descobrimentos fizeram-nos, constituíram o nosso tempo de adultos históricos, selaram a nossa identidade nacional. No passado, sem os Descobrimentos, não teríamos sido outra coisa senão uma Galiza que alcançou a independência, porventura para mais rapidamente se empobrecer. Neste sentido, *devemos sempre juntar ao nosso lugar natural (a Europa) o nosso lugar histórico (a lusofonia), este actualmente mais importante do que aquele*, porque conquistado e realizado com sucesso. E a medida do sucesso, mais do que aquilatar-se em ouro furtado do Brasil, café e diamantes de Angola, escravos de toda a costa ocidental e oriental de África, realiza-se hoje, com inesperado sucesso, na revolução linguística e cultural que os escritores dos países lusófonos têm operado na construção sintáctica e na difusão internacional da língua portuguesa. Ler os livros de Luandino Vieira, Ondjaki, Mia Couto, João Paulo Borges Coelho, Conceição Lima, Ana Paula Tavares, Pepetela, José Eduardo Agualusa, Germano Almeida e a miríade de escritores brasileiros é provar de um sucesso que, mais do que estritamente cultural, se afirma de um modo propriamente civilizacional, como se a língua portuguesa se encontrasse em

estado de perfeito rejuvenescimento, preparada para explodir em infinitas soluções culturais e estéticas.

Só em comunhão lusófona sabemos quem somos e só em comunhão lusófona nos realizaremos como portugueses do século XXI. Estarão os políticos portugueses actuais preparados para esta responsabilidade? Devido ao seu fraquíssimo nível de conhecimento histórico e cultural, torna-se algo de absolutamente evidente: – Não, não estão! (um exemplo: Carlos Reis pergunta no *Jornal de Letras* de 14 de Dezembro de 2011: “o que fez o Governo português nos dois anos – de 2008 a 2010 – em que Portugal ocupou a presidência da CPLP? E para onde foi o tão propagandeado, na época, Fundo da Língua Portuguesa, dotado com 30 milhões de euros? Quem souber responder, faça favor”).

Não existe de facto outra solução para Portugal que, continuando na Europa e abandonando a necessidade de protagonismo saloio nas instâncias internacionais, dedicar-se por inteiro à revitalização dos antigos laços com as suas ex-colónias, protagonizando, em pé de absoluta igualdade, não uma ressurreição do Império, antes uma explícita vocação histórica que optimize as relações entre todos os países lusófonos, construindo gradualmente patamares de entendimento mais duradouros e benéficos para todos. Com a Europa, não nas suas costas, mas aos seus ombros, levanta-se a lusofonia à frente de Portugal, até hoje encarada, não como instituição internacional com total realização, mas apenas como divertimento histórico e aproveitamento económico.

Se, para Portugal, entre 1975 e 2010, a Europa esteve sempre primeiro, é hora de nos centrarmos nas infinitas possibilidades virtuais presentes na Lusofonia, tanto do ponto de vista económico como diplomático, como, sobretudo, do ponto de vista cultural e tecnológico, criando entre os seus países constituintes uma comunidade semelhante à Europeia.

3

O futuro da Lusofonia

A Lusofonia corresponde a um campo geográfico-histórico e cultural abrangido por todas as nações, países, povos e comunidades falantes da língua portuguesa ou de um dialecto desta directamente derivado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) corresponde a uma instituição eminentemente política organizada em torno de oito países pertencentes a esta mais vasta comunidade. Neste sentido, mais difícil é falar do futuro da CPLP, dependente da vontade política fortemente instável e imprevisível dos países a ela agregados, do que da Lusofonia, anseio histórico inscrito nos genes sociais e culturais daqueles povos.

Com efeito, desde a queda do Império em 1975, a desconfiança e o ressentimento entre as classes políticas dirigentes dos diversos países e comunidades de língua portuguesa têm travado a realização prática da Lusofonia. Dito de outro modo, não a História com maiúscula, essa toda favorece a Lusofonia, mas a história com minúscula, isto é, o jogo político conjuntural, tem de facto frustrado o anseio de Lusofonia. De facto, consultando a bibliografia sobre este tema, tudo já foi dito. Só falta fazer a Lusofonia.

Assim, enredada no labirinto político circunstancial, comandada por políticos de vistas curtas, a CPLP tanto pode avançar majestaticamente como estagnar nos próximos dez anos.

Neste sentido, a Lusofonia não corresponde nem a uma ilusão cultural, criada politicamente de um modo artificial, nem a interesses nacionais ou políticos conjunturais.

Diferentemente, a Lusofonia corresponde a um genuíno programa civilizacional de fundo, unindo num vínculo único povos que a História fez encontrar e desencontrar. A Lusofonia não é uma ilusão política porque se fundamenta na história dos encontros/desencontros dos seus povos constituintes unidos actualmente por um falar comum.

Porém, mais do que na vontade política de elites ignorantes, desencontradas com o espírito do tempo, palco permanente de conflitos e divergências, de tratados de amizade e de violações dos mesmos segundo interesses nacionalistas, deve assentar-se na Língua, materialidade audível e gráfica do pensamento e do espírito, a fundamentação, a retaguarda e a vanguarda da Lusofonia.

A História constitui o invólucro por que a língua e o seu espírito se materializam no tempo, gerando progressivamente uma memória comum e um desejo comum – a memória dos encontros/desencontros entre os povos constituintes da lusofonia e o anseio, ora visível, expresso em retórica e eloquência, ora virtual, carregado de uma explosão de potencialidades futurísticas, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista cultural

Neste sentido, a história política do processo e resultado da epopeia conjunta (positiva e negativa) de cerca de meio milénio de anos, dominada, indubitavelmente, até ao actual período, pela potência colonial europeia (Portugal), com excepção dos últimos duzentos anos para o Brasil, não deve ser esquecida. Porventura comandará ela o que Eduardo Lourenço designa, muito correctamente, como “política do ressentimento” por parte dos Estados e povos colonizados por Portugal até 1975, que ora legitimamente desconfiam do afã lusófono.

Assim, assentar a Lusofonia no passado de uma história conjunta significa, não raro, elevar esta a um jogo de melindres e interesses conjunturais onde, mais do que o futuro por

construir, se joga a recriminação do Outro como peça saliente. Neste sentido, é absolutamente necessário substituir o debate sobre a História conjunta pelo espírito unificador e englobador da Língua como vínculo substancial comum, criador de uma razão comum, assente num desejo de partilha de unidade comum e no anseio de criação de um futuro o mais comum possível, como irmãos de uma mesma causa e habitantes de uma mesma casa.

Pela nossa experiência pessoal, conhecedor com algum pormenor de países como a Guiné-Bissau, São Tomé, Cabo Verde, Macau, Goa e vastas imensidões do Brasil, mais do que eira comunitária, lugar de encontro de trabalho e de prazer, a história política é hoje espaço de afrontamento, de divisão, de razões e contra-razões, isto é, de uma autêntica seara de fortalezas ideológicas encasteladas, que, levadas a sério, poderão condenar o progresso e o espírito lusófonos durante longo tempo.

É assim fundamental substituir, neste momento, o espírito da história política, divisório e até incriminatório, pelo espírito da Língua, unificador e comunitarizador. Entreguemos por ora a história política ao Diabo, que divide, e deixemos a mão de Deus, que une, pousar sobre a Lusofonia.

O espírito da Lusofonia reside hoje na língua comum – e porque a língua frutifica em cultura, o espírito da Lusofonia é hoje eminentemente cultural.

O que significa ser o espírito da Lusofonia eminentemente cultural? Significa que, com base no passado e na unidade de uma imensa variedade de pulsões históricas, a Lusofonia se propõe criar *um novo rosto cultural* no mundo.

Se a Lusofonia se restar num patamar de regulação de interesses económicos ou de concertação conjuntural, período a período, de interesses políticos e militares, pouco valerá a pena. Ter-se-á tornado mais uma comunidade internacional entre tantas outras existentes, perfeitamente substituíveis por tratados bilaterais entre Estados.

Se a Lusofonia se restar aninhada numa visão estritamente política, criando no seu interior grupos de países contra outros grupos de países, pouco valerá a pena a sua edificação. A Lusofonia não pode repetir a história, renovando os vícios dos diferentes desencontros históricos havidos séculos passados.

A Lusofonia não pode ser um Mercosul intercontinental, muito menos uma Comunidade Europeia geograficamente mais extensa.

A Lusofonia não pode ser, igualmente, uma ONU neutra em ponto pequeno, sujeita às flutuações dos interesses dos Estados membros e aos vetos dos países mais ricos ou demograficamente mais poderosos.

Todas estas instituições são internacionalmente válidas e historicamente legítimas, mas da Lusofonia deve-se esperar mais, exemplarmente mais.

A Lusofonia deve criar uma *paisagem política nova*. Não forum de aliança de interesses contra outros interesses, nem plataforma de serviço para povos extra-europeus acederem a benefícios europeus. Para esse fim existem tratados multilaterais, que podem e devem continuar a ser assinados entre os membros da Lusofonia.

Tal como historicamente a Língua Portuguesa foi exemplar no modo de plasmação cultural com os novos povos, replicando a sua gramática racional e o seu espírito civilizacional, desdobrando-se e descentralizando-se na criação de novas culturas regionais, assim a Lusofonia deve ser original no seu modo de implantação entre todos os povos e comunidades falantes da língua. Ou a Lusofonia assim procede ou, perdoe-se a expressão, porventura excessivamente brutal, a Lusofonia não terá outro futuro que a repetição do passado, porventura animada hoje de um superávite de boa vontade.

Deste modo, existem dois futuros para a Lusofonia:

1. reside no *mais do mesmo*, na repetição do passado, normalizando este, e cada país tenderá a ser tão dominador quanto a sua real força económica, Angola liderará os países africanos e o Brasil tenderá a imperar, e a Guiné-Bissau será por muito tempo o país pobrezinho a que os restantes facultam algumas migalhas, etc., etc.;

2. reside na criação de um *futuro novo* (desculpe-se-nos a redundância), uma espécie de choque cultural para o mundo, que figura na Lusofonia uma comunidade eticamente exemplar.

Face à situação actual profundamente desequilibrada entre os continentes, esvaziadora da esperança; face ao alto grau de conflitualidade política e religiosa existente; face ao contínuo esgotamento de inúmeros recursos naturais e à atitude ecológicamente rapinadora dos países do Hemisfério Norte; face à divisão social ostensiva entre países ricos, poucos, e países pobres, muitos; face a um sistema económico mundial assente na exploração intensa das grandes massas e na especulação financeira, a novel comunidade lusófona, a existir como verdadeira comunidade, deverá provocar uma espécie de choque cultural radicalmente subversor dos valores dominantes no mundo contemporâneo.

Se o mundo político actual de Língua Portuguesa se guia pelo interesse das nações, guiar-se-á doravante pelo anseio de Lusofonia, isto é:

1. pela solidariedade activa e fraterna entre os seus membros, companheiros comuns da odisseia evolutiva da história; solidariedade activa fraterna também significa, enquanto expressão do choque cultural propiciado pela organização interna à comunidade lusófona, que um manto de justiça se estenda por todas as nações e povos da lusofonia, forçando, em consonância, que os países de rendimento superior, por efeito de uma compaixão activa, suporte da justiça comum, não como manifestação de piedade ou de caridade, auxiliem os que menos

têm, assumindo cada membro a responsabilidade da elevação para patamares médios de dignidade social e económica todos restantes países membros;

2. pela aceitação inequívoca da pluralidade de raízes e diversidade de manifestações culturais, todas publicitadas e evidenciadas;

3. pela absoluta paridade entre todos os membros como directa expressão de igualdade que entre todos deve reinar, independentemente de índices demográficos e económicos, nenhum sendo abafado, nenhum sendo exaltado.

Neste sentido, vincula-se a Lusofonia a constituir-se como espaço de harmonia entre pessoas, povos e comunidades e, portanto, a dar crescentes passos para a unificação de sistemas de saúde e de ensino, obviando inclusivamente à existência de um passaporte lusófono, substituto do bilhete de identidade em território comunitário que não o nativo, sem receio de uma invasão pacífica de uma comunidade por outra, operando uma forte miscigenação, bem-vinda a prazo de um ou dois séculos. Se dentro de duzentos, trezentos anos, o Portugal europeu não for predominantemente mulato, como o é actualmente o Brasil, a Lusofonia falhou, tendo-se tornado uma instituição relativamente inócua (isto é, que pode ser substituída sem prejuízo do seu normal funcionamento por acordos bi- ou multilaterais), dominada por políticos medíocres como os actuais políticos portugueses.

Deste modo, o máximo de recursos possíveis dos países lusófonos deve ser vazado na educação e na cultura, pondo a tecnologia ao serviço destas e não o contrário, como a Europa tem feito, desenraizando de valores comunitários o actual homem europeu, um homem tecnoburocrata.

Não a tecnologia no posto de comando, não a política no posto de comando, mas a educação e a cultura em todas as suas variedades, o que significa um permanente aperfeiçoa-

mento corporal e espiritual integral de cada homem, significando igualmente um cuidadoso tratamento do corpo e, portanto, um cuidadoso tratamento da saúde.

Finalmente, a comunidade lusófona deve constituir um espaço de paz absoluta sob tripla garantia: a da inexistência de guerra entre os seus membros; a da inexistência de guerra no interior do território de cada membro e a da defesa comum caso um dos seus membros seja atacado. Neste sentido, o regime democrático, por mais imperfeito que seja, deve ser considerado a configuração política constitucional do Estado entre todos os membros da comunidade, obstando à substituição do poder por via militar.

Azenhas do Mar, Sintra, 31 de Dezembro de 2011

PORTUGAL

Avivo no teu rosto o rosto que me deste,
E torno mais real o rosto que te dou.
Mostro aos olhos que não te desfigura
Quem te desfigurou.
Criatura da tua criatura,
Serás sempre o que sou.

E eu sou a liberdade dum perfil
Desenhado no mar.
Ondulo e permaneço.
Cavo, remo, imagino,
E descubro na bruma o meu destino
Que de antemão conheço:

Teimoso aventureiro da ilusão,
Surdo às razões do tempo e da fortuna,
Achar sem nunca achar o que procuro,
Exilado
Na gávea do futuro,
Mais alta ainda do que no passado.

Miguel Torga

Bibliografia de Referência

- AA. VV., *Portugal e a Europa – Séculos XVII a XX*, Lisboa, ed. Comissão Portuguesa da História Militar, 1992
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “«Filosofia Portuguesa». Alguns equívocos”, sep. *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, 1984, vol. IV
- , “Sobre o papel de Portugal nas etapas preliminares da revolução científica do século XVII”, sep. *História e Desenvolvimento das Ciências em Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, vol. II
- , “Identidade nacional – algumas achegas ao debate português”, in *Semear. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses*, Rio de Janeiro, 2001, nº 5
- , *National Identity – a Revisitation of the Portuguese Debate*, Maymooth, National University of Ireland, 2002
- , “Pós-Modernidade e Outras Nublosidades”, sep. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 2006, 2ª série, vol. XXII
- , *De Marx a Darwin. A Desconfianças das Ideologias*, Lisboa, Gradiva, 2010
- ANTUNES, Padre Manuel, *Indicadores de Civilização. Grandes Derivas da História Contemporânea. Logos e Praxis*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972
- , *Repensar Portugal*, Lisboa, Multinova, s/d.
- BARRENTO, João, *O Género Intranquilo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010
- BORGES, Paulo, *Do Finistérreo Pensar*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999
- , *Pensamento Atlântico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002
- , “Manifesto «Refundar Portugal»/Outro Portugal”, in *Uma Visão Armilar do Mundo. A Vocação Universal de Portugal em*

- Luis de Camões, Padre António Vieira, Teixeira, de Pascoaes, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, Lisboa, Editora Verbo, 2010
- BOTELHO, Afonso, *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa, Icalp, 1990
- CALAFATE, Pedro, CARDOSO, José Luís (dir. e org.), *Portugal como Problema*, Lisboa, Fundação Luso-Americana/Jornal "Público", 2006, 6 volumes
- CEREJEIRA, D. Gonçalves, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924
- CLEMENTE, D. Manuel, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008
- CORTESÃO, Jaime, *O Humanismo Universalista dos Portugueses*, Obras Completas, vol. VI, Lisboa, Portugália Editora, 1965
- COSTA, Dalila Pereira da, *A Nau e o Graal*, Porto, Lello & Irmão, 1978
- , *Da Serpente à Imaculada*, Porto, Lello & Irmão, 1984
- CRISTÓVÃO, Fernando et alter (dir.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Associação de Cultura Lusófona/Texto Editores, 2005
- , *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina, 2006
- DIONÍSIO, Sant'Anna, *Pensamento Invertebrado*, Porto, Renascença Portuguesa, 1931
- EPIFÂNIO, Renato, *Via Lusófona. Um Novo Horizonte para Portugal*, Sintra, Zéfiro Editora, 2010
- FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas*, Lisboa, Gradiva, 2006, 2 vols.
- , "A ideia de Europa na cultura portuguesa do século XVI: A afirmação da «Europa» como secularização da ideia de Cristandade", in *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, vol. 169, nº 6, Dezembro de 2009
- , "O Mito Negro do Século XVII", in SANCHES BAENA, Miguel, LOUÇÃO, Paulo Alexandre, *Grandes Enigmas da História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ésquilo, 2011

- GANDRA, Manuel Joaquim, *Da Face Oculta do Rosto da Europa. Prolegómenos a uma História Mítica de Portugal*, Lisboa, Hugin, 1997
- GIL, José, *Portugal Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004
- GOMES, Pinharanda, *A Alma Cristã da Europa*, Lisboa, Fundação Lusíada, 2011
- LEÃO, Francisco da Cunha, *O Enigma Português*, Lisboa, Guimarães Editores, 1960
- LEONE, Carlos, *Portugal Extemporâneo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, 2 volumes
- MACEDO, Jorge Borges de, *Portugal – Europa. Para Além da Circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988
- , *Portugal. Um Destino Histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999
- , *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna, 2006
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978
- , *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984
- , *A Europa Desencantada*, Lisboa, Ed. Visão, 1994
- MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas. 2000
- MARQUES, João Francisco, *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Editores, 2007
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *O Enigma Europeu. Ensaio e Reflexões*, Lisboa, Gradiva, 1993
- , *Portugal. Identidade e Diferença*, Lisboa, Gradiva, 2007
- , *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*, Lisboa, Gradiva, 2009

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1988

MOREIRA, Adriano, *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011

MATTOSO, José, *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares, 1998

PASCOAES, Teixeira de, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Ed. Delraux, 1978 [1ª ed.: 1915]

PIRES, Francisco Lucas, *Portugal e o Futuro da União Europeia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1995

QUADROS, António, *Portugal. Razão e Mistério. Ensaio de Filosofia, do Mito e do Símbolo*, vol 1: *Para uma Arqueologia da Tradição Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, vol. 2: *O Projecto Áureo ou o Império do Espírito Santo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987

QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, [1871], Lisboa, Ulmeiro, 1985

RIBEIRO, Álvaro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1943

SALAZAR, Oliveira, *Discursos, 1928 – 1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 2002, [1ª ed.: 1994]

—, *Portugal. Ensaio contra a Autoflagelação*, Coimbra, Almedina, 2011

SANTOS, Octávio dos, LOPES, Luís Ferreira, *Os Novos Descobrimientos – Do Império à CPLP: Ensaios sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*, Coimbra, Almedina, 2006

SARAIVA, António José, *A Cultura em Portugal. Livro I. Teoria e História, Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Gradiva, 1994

—, et alter, “Raiz & Utopia”, in *Raiz & Utopia*, nº 1, 1997

SARDINHA, António, *O Valor da Raça*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Editores, 1915

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1978

—, *Educação Cívica*, Lisboa, ed. Min. Educação, 1984

SILVA, Agostinho da, *Um Fernando Pessoa*, Lisboa, Guimarães Eds., 1959

—, *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1960

—, *Educação de Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 1989

—, *Ir à Índia sem Abandonar Portugal. Considerações. Outros Textos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, HESPANHA, António Manuel, Ana, “A Identidade Portuguesa”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1993, vol. IV

SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *Europa, O Risco do Futuro*, Lisboa, D. Quixote, 1985

—, *Europa, Labirinto ou Casa Comum*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1993

—, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005

TEIXEIRA, António Braz, *Formas e Percursos da Razão Atlântica: Estudos de Filosofia Luso-Brasileira*, Londrina, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001

—, *Conceitos e Formas da Democracia em Portugal*, Lisboa, Sílabo, 2008